

7ºATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Termo de Referência 64/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
64/2026	160001-7ºATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	WANDERSON ARGEMIRO DE SANTANA	08/05/2026 13:42 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64045.001034/2026-25

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64045.001034/2026-25)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de filtros e óleos lubrificantes, incluindo o fornecimento, transporte e entrega dos objetos, em atendimento às necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, Rio Branco – AC. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	TIPO (ESPECIFICAÇÃO)	REFERÊNCIAS	CATMAT	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Graxa a base de lítio (multiuso /azul)	Graxa, tipo base: óleo mineral, tipo espessante: lítio, tipo aditivos: anticorrosivo /antioxidante /adesividade/anti-ferrugem, aplicação: automotiva	233181	Balde de 20 kg	25	R\$ 375,80	R\$ 9.395,00
2	Graxa de complexo de lítio K (alta temperatura)	Graxa, tipo base: óleo sintético; Tipo espessante: lítio; Ponto gota: 220 °c ou superior; Tipo aditivos: antioxidante	214603	Balde de 20 kg	25	R\$ 484,00	R\$ 12.100,00

		/anticorrosivo; Aplicação: mancal; Consistência nlgi: 2					
3	Graxa com bissulfeto de molbdenio	Graxa; Tipo base: óleo mineral; Tipo espessante: lítio; Ponto gota: 240 ° c; Tipo aditivos: antioxidante /anticorrosivo; Consistência nlgi: 2; Características adicionais: bissulfeto molibidênio	457739	Balde de 20 kg	8	R\$ 1.050,33	R\$ 8.402,64
4	Óleo para motor SAE 15W40	API CI-4 ou API CJ- 4 ou superior	471969	Balde de 20 litros	250	R\$ 291,15	R\$ 72.787,50
5	Desengraxante alcalino	Desengraxante, aspecto físico: líquido, composição: mocomponente tixotrópico ardrex av30	479191	Garrafa de 5 litros	25	R\$ 212,11	R\$ 5.302,63
6	Shampoo automotivo, detergente de limpeza de veículos; Características adicionais: lavagem de veículos e superfícies pintadas	pH Neutro: Fundamental para não agredir proteções existentes (ceras, selantes, vitrificadores).	446182	Garrafa de 5 litros	30	R\$ 19,40	R\$ 582,00
7	Óleo para motor SAE 5W30	Especificação: Sintético ILSAC GF- 5	615766	Garrafa de 1 litro	150	R\$ 38,00	R\$ 5.700,00
8	Óleo para motor SAE 5W30 sintético.	Especificação: ACEA C3 ou Renault RN0720; WSS-M2C913- D sintético, ou superior	461563	Garrafa de 1 litro	80	R\$ 23,90	R\$ 1.912,00
9	Óleo SAE 5W30	Sintético API SN ou superior	616955	Garrafa de 1 litro	60	R\$ 61,50	R\$ 3.690,00
10	Óleo para diferencial SAE 85W140	Especificação API GL-5	473133	Balde de 20 litros	25	R\$ 365,00	R\$ 9.125,00
11	Óleo para diferencial SAE	Especificação API	473132	Balde de 20	25	R\$	R\$

	80W90	GL-5		litros		362,50	9.062,50
12	Óleo para caixa marcha SAE 50	Especificação CAT TO-4 e API MT-1	470288	Balde de 20 litros	25	R\$ 374,00	R\$ 9.350,00
13	Óleo OH50 (ATF) DH DEXRON II	Fluído (ATF) DEXRON II	477125	Balde de 20 litros	5	R\$ 576,84	R\$ 2.884,20
14	Óleo lubrificante mineral AW 150; Aplicação: Compressores de ar.	Especificação: ISO VG 150	478789	Balde de 20 litros	5	R\$ 379,06	R\$ 1.895,30
15	Óleo hidráulico ISO VG 68 Especificação MINERAL	Especificação MINERAL	467556	Balde de 20 litros	200	R\$ 205,10	R\$ 41.019,00
16	Desengraxante; Aplicação: Limpador veículo automotivo	Aspecto físico: líquido viscoso; Composição: Hidróxido de sódio, tensoativo e coadjuvante; Características: Solúvel em água.	376308	Garrafa de 5 litros	60	R\$ 19,99	R\$ 1.199,40
17	Fluído de sistema de freio; Aplicação: veículo automotivo.	Especificação: DOT 4	263657	Garrafa de 500 ML	200	R\$ 14,90	R\$ 2.980,00
18	Aditivo para radiador	Base de monoetilenoglicol; Tecnologia orgânica (OAT).	617826	Garrafa de 1 litro	300	R\$ 18,45	R\$ 5.535,00
19	Filtro sepador de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: caminhão FOD CARGO 2629, ano 2012.	PSD960/1	615032	UND	9	R\$ 130,10	R\$ 1.170,90
20	Filtro sepador; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caminhão Volkswagen Worker 15-210, ano 2013.	WF36315 PSD970/1 R2830M RACOR	477019	UND	88	R\$ 89,90	R\$ 7.911,20
21	Filtro sepador de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação:	PSD980/1	615036	UND	10	R\$ 129,99	R\$ 1.299,90

	Volswagen, 31.330 6x4, 2013.						
22	Filtro lubrificante; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caminhão Mercedes Benz, 2423k, ano 2006.	PEL2002 WL57215 P576663 HU945/2X WL57215	636678	UND	38	R\$ 41,20	R\$ 1.565,60
23	Filtro lubrificante; Aplicação: Motor a diesel.	PSL283 W950/26 P551100 WL57037	472166	UND	28	R\$ 78,90	R\$ 2.209,20
24	Filtro lubrificante; Uso: motor a álcool e gasolina; Aplicação: Fiat Strada Fire 14	PSL55	485848	UND	6	R\$ 15,43	R\$ 92,55
25	Filtro lubrificante; Filtro de combustível; Aplicação: Mitsubishi, L200 Triton GLS, ano 2019.	PSL158 WP1045	614752	UND	4	R\$ 74,05	R\$ 296,18
26	Filtro lubrificante; Uso: motor a diesel; Aplicação: Volkswagen, 31.330 6x4, 2013.	PSL909 WP12121 WIX51748XD 51748XD	479244	UND	17	R\$ 188,00	R\$ 3.196,00
27	Filtro lubrificante; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caminhão Volkswagen Worker 15-210, ano 2013.	PSL339 W1170 WL51832 P551604	472154	UND	60	R\$ 70,95	R\$ 4.257,00
28	Filtro lubrificante; Uso: motor a diesel; Aplicação: Pá Carregadeira, CASE, 821C, 2007)	PSL300 J919562 P553000	472226	UND	6	R\$ 118,27	R\$ 709,59
29	Filtro lubrificante;	186-1012000B PSL418 (TECFIL) 81879134 (CNH)	636681	UND	4	R\$ 71,48	R\$ 285,90

	Aplicação: Auto-betoneira, TAURUS, 918, Ano: 2020.	51158 (WIX)					
30	Filtro lubrificante; Uso: motor a diesel; Aplicação: Pá carregadeira, JCB, 422ZX, 2020.	PSL285 W 950/47 320/04133 JCB 320/B4420	472804	UND	5	R\$ 126,64	R\$ 633,20
31	Filtro lubrificante; Uso: motor a gasolina; Aplicação: veículo Chevrolet, Onix LT, ano 2019.	PSL619	472164	UND	4	R\$ 17,26	R\$ 69,04
32	Filtro lubrificante; Uso: motor a gasolina; Aplicação: Nissan, Versa, ano 2018.	PSL78 W 6025 W 67/3	485850	UND	4	R\$ 20,15	R\$ 80,60
33	Filtro lubrificante; Uso: motor a diesel; Aplicação: Rolo Compactador, Muller, VAP70, ano 2007.	LF3349 LB280 PSL280	472228	UND	5	R\$ 46,40	R\$ 232,00
34	Filtro lubrificante; Aplicação: veículo Mercedes Benz, Sprinter 313	PEL311 HU 718/1 k	460298	UND	4	R\$ 19,75	R\$ 78,98
35	Filtro lubrificante; Uso: Motor a diesel; Aplicação: Caminhão Mercedes Benz, LS 1935, 1997.	PL447 P550041 H 12 110/2 x WL54010	479272	UND	5	R\$ 69,10	R\$ 345,50
36	Filtro hidráulico; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caminhão Mercedes Benz, 2423k, ano 2006.	PH346 P550309 H601/10 WL10145	628612	UND	104	R\$ 12,55	R\$ 1.304,68
	Filtro de ar; Uso:						

37	motor a diesel; Aplicação: Mercedes Benz, 2640, 2007.	DSF0202 TB 1374 x	615034	UND	67	R\$ 120,00	R\$ 8.040,00
38	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Mercedes Benz, 2423K, 2006.	PEC3022 P550632 PU1046X WF33634	612428	UND	44	R\$ 54,50	R\$ 2.398,00
39	Filtro de combustível; Aplicação: Trator Valmet 86	BFU707 WF10302 FC161	478732	UND	4	R\$ 30,99	R\$ 123,96
40	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Mitsubishi, L200 Triton GLS, ano 2019.	FN949	315877	UND	4	R\$ 69,98	R\$ 279,92
41	Filtro de combustível; Uso: motor a gasolina; Aplicação: Chevrolet, Onix LT, ano 2019.	GI04/7 19347706	485873	UND	8	R\$ 18,30	R\$ 146,40
42	Filtro de combustível; Uso: motor a gasolina; Aplicação: Nissan, Versa, ano 2018.	GI50/7 KL583 WL10167	485836	UND	4	R\$ 15,55	R\$ 62,20
43	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicações: Ford, Cargo 1933, 2013; Volkswagen, Vw 25- 370E, 2016; Volkswagen, 31.330 6X4, 2013; CASE, 721E, 2012.	P550774 PSC76 WK930/6X WF10293	614843	UND	20	R\$ 60,00	R\$ 1.200,00
44	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caminhão Volkswagen, 15-210 Worker, 2013.	WF10254 PSC491 WK1124	628615	UND	79	R\$ 112,62	R\$ 8.896,98
	Filtro de						

45	combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Renault, Master Furgão, 2013.	PC947 P718/1X	460159	UND	4	R\$ 40,17	R\$ 160,68
46	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Trator agrícola, New Holland, TM 7010, 2013.	PSC72/2	613976	UND	4	R\$ 26,25	R\$ 104,98
47	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Mercedes Benz, Sprinter 313 CDI.	PSC881 WK 842/13	460152	UND	4	R\$ 128,40	R\$ 513,60
48	Filtro de ar; Uso: motor a diesel; Aplicação: Auto-betoneira, Taurus, 918, 2020.	937CK11670 YK2036U 1JG303-1109011 AP9834 (TECFIL)	479443	UND	16	R\$ 82,95	R\$ 1.327,20
49	Filtro de ar; Uso: motor a gasolina; Aplicação: veículo Chevrolet, Onix LT, 2019.	ACP126 52102242	617290	UND	4	R\$ 24,46	R\$ 97,84
50	Filtro de ar cabine; Uso: motor a diesel; Aplicação: Mitsubishi, L200 TRITON GL, 2012.	ACP483	616057	UND	4	R\$ 160,89	R\$ 643,54
51	Filtro de ar secundário; Uso: motor a diesel; Aplicação: Retroescavadeira, JCB, 4CX, 2022.	32/925683 32925683	636633	UND	4	R\$ 171,95	R\$ 687,78
52	Filtro de ar primário; Uso: motor a diesel; Aplicação: Retroescavadeira, JCB, 4CX, 2022.	32/925682	636632	UND	4	R\$ 192,15	R\$ 768,60
53	Filtro de ar; Uso: motor a gasolina; Aplicação: Nissan, Versa, 2018.	ARL1655 C 23 021	485821	UND	4	R\$ 51,30	R\$ 205,20

54	Filtro de ar primário; Uso: motor a diesel; Aplicação: Mercedes Benz, 2640, 2007.	ARS9840 C271340 WA48945	617409	UND	4	R\$ 218,63	R\$ 874,50
55	Filtro ar; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caminhão Mercedes Benz, 2423k, ano 2006.	ARS9839 P618941 WAP103 C27830 WA48915	478548	UND	105	R\$ 90,39	R\$ 9.490,95
56	Filtro ar secundário; Uso: Motor a diesel; Aplicação: Caminhão Mercedes Benz, LS 1935, 1997.	CF1600 P777551 AS860	617408	UND	4	R\$ 110,00	R\$ 440,00
57	Filtro ar secundário; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caminhão Volkswagen Worker 15-210, ano 2013.	ASR839 P621918 WAP103/S CF1552 WA48210 AF26211	628616	UND	114	R\$ 110,00	R\$ 12.540,00
58	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: IVECO, 260E25, 2013.	PSC494 95016E P550665 WK950/6	460420	UND	6	R\$ 107,10	R\$ 642,60
59	Filtro de ar; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caminhão Mercedes Benz, LS 1935, 1997.	AP9835 P771558 C 30 850/2 WA46741	637450	UND	4	R\$ 270,73	R\$ 1.082,90
60	Óleo para motor SAE 20W50	Especificação API SJ ou superior.	467493	Garrafa de 1 litro	50	R\$ 17,45	R\$ 872,25
61	Óleo para motor SAE 10W30 100% sintético	Especificação: API GL4	467490	Balde de 20 litros	10	R\$ 370,00	R\$ 3.700,00
62	Filtro de ar secundário; Uso: motor a diesel; Aplicação: Rolo Compactador, Muller, VAP70, ano 2007.	CF1200 AS830 P776696	446953	UND	5	R\$ 106,65	R\$ 533,25
	Filtro ar de cabine; Uso: motor						

63	a diesel; Aplicação: veículo Mercedes Benz, Sprinter 313	CU3858 WP49262	405039	UND	4	R\$ 60,45	R\$ 241,80
64	Filtro de ar primário; Uso: motor a disel; Aplicação: Carregadeira Case, 721E, 2012.	P538392 ARS3393	478720	UND	6	R\$ 347,75	R\$ 2.086,50
65	Filtro de ar secundário; Uso: motor a diesel; Aplicação: Carregadeira, New Holland, W170, 2007.	P538393 ASR393	473637	UND	6	R\$ 243,03	R\$ 1.458,15
66	Filtro de ar primário; Uso: motor a diesel; Aplicação: Rolo Compactador, VOLVO, SD 105, ano 2017.	P613334 ARS2759 WAP176	473638	UND	5	R\$ 441,53	R\$ 2.207,65
67	Óleo para motor SAE 10W30	Especificação: API SP ou API CJ-4	471186	Garrafa de 1 litro	60	R\$ 43,01	R\$ 2.580,30
68	Óleo SAE 5W30	API SP, ILSAC GF- 6A e norma Fiat 9.55535-GSX	616110	Garrafa de 1 litro	40	R\$ 37,14	R\$ 1.485,60
69	Óleo SAE 5W30	API CI-4, ACEA 4 ou superior	461564	Garrafa de 1 litro	60	R\$ 57,67	R\$ 3.459,90
70	Filtro sepador de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Escavadeira New Holland, E 215 B, 2012.	FS19727 PC727 P551052 33727 FS20019	612356	UND	21	R\$ 129,60	R\$ 2.721,60
71	Filtro separador de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Retroescavadeira, Johndeere, 310L, 2018.	PSC877 AT491450 WK8102	423255	UND	4	R\$ 131,70	R\$ 526,80
72	Filtro sepador de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Motoniveladora Caterpillar, 140 H, 2007.	PSD460/1	247074	UND	6	R\$ 88,50	R\$ 530,97

73	Filtro separador de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Motoniveladora New Holland, RG 140B, 2013.	P550904 PSC493	610652	UND	4	R\$ 91,20	R\$ 364,80
74	Filtro separador de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Auto-betoneira, FIORI, DBX35, ano 2020.	4415122 P502420 PC3/155	486747	UND	4	R\$ 60,58	R\$ 242,30
75	Filtro lubrificante; Uso: motor a diesel; Aplicação: Rolo Compactador Liso, DYNAPAC, CC 4200, 2018.	FS19732 33732 P550848 PSC935	361651	UND	11	R\$ 255,02	R\$ 2.805,22
76	Filtro separador de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Mercedes Benz, 2640, 2007.	WK1050/1 PSD480/1 WF10305 P551086 WF10288	612355	UND	36	R\$ 89,00	R\$ 3.204,00
77	Filtro separador de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Rolo Compactador, Muller, VAP70, ano 2007.	PSD530/1 P551866 P551846 WK 940/24 WF10286	486744	UND	10	R\$ 72,70	R\$ 727,00
78	Filtro separador de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Pá carregadeira, Caterpillar, 950H, 2007.	PSD644 BF1399-SP 1R0770 BF7753	486743	UND	8	R\$ 227,95	R\$ 1.823,60
79	Filtro sepador de combustível; Aplicação: Auto-betoneira, TAURUS, 918, Ano: 2020.	1NS-102-1105350 FS19950 (FLEETGUARD) WK 1070 x (MANN) PSD900 (TECFIL)	478728	UND	4	R\$ 302,72	R\$ 1.210,88

80	Filtro separador de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Volkswagen, 26280, 2021.	2R0 127 177J (RACOR) WK 10 002/1x (MANN) PSD981	486740	UND	6	R\$ 261,15	R\$ 1.566,90
81	Filtro lubrificante; Uso: motor a diesel; Aplicação: Trator Agrícola, NEW HOLLAND, TM 7070, 2013; Rolo Compactador Liso, DYNAPAC, CC 4200, 2018.	PSL856 WL57037 P551100 W9019	476667	UND	8	R\$ 117,70	R\$ 941,56
82	Filtro lubrificante; Uso: motor a diesel; Aplicação: Pá carregadeira, Caterpillar, 950H, 2007.	PSL417 688417 WL51791 P550519 P553191 P554004 21707133	487718	UND	4	R\$ 95,23	R\$ 380,90
83	Filtro lubrificante; Uso: motor a diesel; Aplicação: Auto-betoneira, FIORI, DBX35, ano 2020.	2654407 PSL675 W 950/7 P554407	472231	UND	7	R\$ 53,47	R\$ 374,26
84	Filtro lubrificante; Uso: motor a diesel; Aplicação: Rolo Compactador, VOLVO, SD 105, ano 2017.	PSL284	486745	UND	4	R\$ 125,23	R\$ 500,90
85	Filtro lubrificante; Aplicação: Caminhão Mercedes Benz Axor 2640, 2007;	HU12110X PEL2004 WL57213	479273	UND	5	R\$ 86,25	R\$ 431,25
86	Filtro lubrificante; Aplicação: Renault, Master Furgão, 2013.	PEL678	463477	UND	4	R\$ 99,00	R\$ 396,00
	Filtro hidráulico; Uso: motor a						

87	diesel; Aplicação: Pá Carregadeira, CASE, 821C, ano 2007.	PSH025	612369	UND	4	R\$ 264,81	R\$ 1.059,24
88	Filtro hidráulico; Uso: motor a diesel; Aplicação: Auto-betoneira, FIORI, DBX35, ano 2020.	V30934-08	605654	UND	4	R\$ 353,12	R\$ 1.412,48
89	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: JCB, 422ZX, ano 2020.	320/A7269 320/07309 32007309	623553	UND	4	R\$ 168,10	R\$ 672,40
90	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Mercedes Benz, LS 1935, 1997.	FC165 P550061 WF10300 BFU811	479441	UND	6	R\$ 29,88	R\$ 179,25
91	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caterpillar, 924k, ano 2020.	2735711 PSB273	616538	UND	4	R\$ 102,58	R\$ 410,32
92	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Auto- betoneira, Taurus. 918, 2020.	INSJ00-1105140 PERI-212 (IRLEMP) PSD950/1	603653	UND	4	R\$ 173,00	R\$ 692,00
93	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caminhão FORD, CARGO 2629E, 2012.	P550881 PSC403 WK 950/21 WF33654 PSC75	627188	UND	29	R\$ 77,20	R\$ 2.238,80
94	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caterpillar, 420F2, 2017.	PSC872 WK 8100 1561200-CAT	612444	UND	4	R\$ 169,60	R\$ 678,40
95	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação:	PEC3014 51125030063 (MANN)	614146	UND	6	R\$	R\$ 784,83

	Volkswagen, 26280, 2021.	FC 0954 JZV 201 513				130,81	
96	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Motoniveladora, New Holland, RG 140B, 2013.	PSC493 P550904 WK 950/30	476665	UND	15	R\$ 124,33	R\$ 1.864,95
97	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Retroescavadeira, Johndeere, 310L, 2018.	PSC885 AT43350 WK8162	478729	UND	4	R\$ 179,35	R\$ 717,40
98	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: caminhão Mercedes Benz, 2423K, 2006.	PSD480/1 P551086 WF10288 WK1050/1 WF10305	460427	UND	18	R\$ 86,50	R\$ 1.557,00
99	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Mercedes Benz, 2640, 2007.	PU9991X PEC3021 WF36170	615727	UND	6	R\$ 85,78	R\$ 514,65
100	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: Pá carregadeira, Case, 821C, 2007.	WK 940/7 WF33353 PSC410 50060528	611939	UND	10	R\$ 75,00	R\$ 749,95
101	Filtro de combustível; Uso: motor a diesel; Aplicação: caminhão Volkswagen, 24-220, 2007.	WK723 WF33358	612426	UND	4	R\$ 31,20	R\$ 124,80
102	Filtro de ar; Uso: motor a diesel; Aplicação: FORD, CARGO 2629E, 2012.	ARS5376	478721	UND	8	R\$ 293,10	R\$ 2.344,80
103	Filtro de ar secundário; Uso: motor a diesel; Aplicação: Pá	580/12021 P780036	478723	UND	6	R\$ 95,15	R\$ 570,90

	Carregadeira JCB, 422ZX, 2020.	CF 500/1					
104	Filtro de ar primário; Uso: motor a diesel; Aplicação: Pá Carregadeira JCB, 422ZX, 2020.	580/12020 P778994 ARS3003 C 20 500	355730	UND	6	R\$ 115,00	R\$ 690,00
105	Filtro de ar; Uso: motor a diesel; Aplicação: Rolo Compactador, Volvo, SD 105, 2017.	P613335 ASR759 43904176	345509	UND	5	R\$ 267,55	R\$ 1.337,73
106	Filtro de ar; Uso: motor a gasolina; Aplicação: Nissan, Versa, 2018.	ACP730	485820	UND	4	R\$ 33,65	R\$ 134,60
107	Filtro de ar cabine; Uso: motor a diesel; Aplicação: Mitsubishi, L200 TRITON GL, 2012.	ARL4141 C2401 WA95891	479232	UND	4	R\$ 92,76	R\$ 371,04
108	Filtro ar; Aplicação: Renault, Master Furgão, 2013.	ARL5140 LX1883	602329	UND	4	R\$ 100,00	R\$ 400,00
109	Filtro de ar; Uso: motor a diesel; Aplicação: IVECO, 260E25, 2013.	ARS9837 P619046 C 27 902 HD9837	470345	UND	18	R\$ 201,30	R\$ 3.623,40
110	Filtro de ar; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caminhão Mercedes Benz, L2318, 1995.	AS820 P776695 HS820 CF 1000	479443	UND	6	R\$ 90,00	R\$ 539,97
111	Filtro de ar; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caminhão Ford, Cargo 2629E, 2012.	ASR376	478351	UND	8	R\$ 149,75	R\$ 1.198,00
112	Filtro de ar secundário; Uso: motor a diesel; Aplicação: IVECO, 260E25, 2013.	ASR837 CF 1550 P621905 HDS837	478722	UND	18	R\$ 127,95	R\$ 2.303,01

113	Filtro de ar secundário; Uso: motor a diesel; Aplicação: Escavadeira New Holland, E 215 B, 2012.	ASR844 P533781 249988A1	479076	UND	7	R\$ 207,06	R\$ 1.449,42
114	Filtro de ar secundário; Uso: motor a diesel; Aplicação: Caminhão Mercedes Benz, 2640, 2007.	ASR941 ASR943 CF 1651 CF 1652 WA10069	616048	UND	4	R\$ 166,35	R\$ 665,40
115	Filtro de ar primário; Uso: motor a diesel; Aplicação: Rolo Compactador, Muller, VAP70, ano 2007.	C 23 440/1 AP4440 P771508	354935	UND	5	R\$ 218,50	R\$ 1.092,48
VALOR TOTAL =							R\$ 347.139,56

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do parágrafo XIII, do Art. 6º, da Lei nº 14.133, de 2021, o qual aduz que: "bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado."

1.3. Os objetos desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da confirmação de recebimento da Nota de empenho com o pedido de fornecimento, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

1.4.1. Cada solicitação de material representará uma contratação individual, com prazo de vigência pelo período necessário para entrega da quantidade demandada, recebimento, verificação da conformidade e pagamento. Executado o objeto, o contrato se extinguirá. Quando surgir nova necessidade do material, novo contrato será celebrado, e assim sucessivamente, até que expire o prazo de validade da Ata.

1.5. O instrumento que formalizar a contratação, notadamente a Nota de empenho, estabelecerá as condições complementares relativas à vigência, em conformidade com este Termo de Referência.

1.6. No momento da efetivação do lance as empresas deverão enviar as descrições dos produtos ofertados, informações claras e completas, evitando a cópia literária dos termos técnicos do edital, tomando especial atenção a referência e especificação dos filtros e óleos lubrificantes.

1.7. Os materiais deverão conter informações claras, de forma a não induzir a um falso entendimento sobre as características do produto.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução, em sua integralidade, está detalhada em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares, que integram, como apêndice, o presente Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrente da boa execução do objeto.

4.2. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor (única ou parcelada), podendo ser prorrogado desde haja justificativa plausível por parte da Contratada e o concorde da Contratante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminares e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado. Reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.8. O objeto referente a esta aquisição deverá ser entregue pelo eventual fornecedor, denominado "Contratado", de acordo com as especificações abaixo:

4.9. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.9.1. Conforme a IN nº 01, de 19 JAN 10, da SLTI/MPOG, a contratada deverá, no que couber, adotar as seguintes práticas de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, adequadas às exigências do objeto contratual para a aquisição de bens:

I - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

II - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, como o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

III - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.9.2. Para produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (RDC nº 429, de 08 de outubro de 2020).

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.10. Na presente contratação não é admitida a vedação de contratação de marca ou produto.

Indicação de marcas ou modelos

4.11. Nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a indicação de marcas e modelos tem caráter meramente referencial, sendo admitida a oferta de produtos equivalentes que atendam integralmente às especificações técnicas exigidas.

4.12. No presente caso, a indicação de códigos e marcas de filtros decorre da necessidade de garantir a compatibilidade com os equipamentos existentes, considerando que tais componentes possuem especificações técnicas próprias e padronizadas pelos fabricantes.

Subcontratação

4.13. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. Para os itens previstos no item 1.1. deste Termo de Referência desta Unidade Gestora o prazo de entrega na Unidade Gerenciadora 160001 - 7º Batalhão de Engenharia de Construção - 7º BEC, de maneira integral dos bens é, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, de 20 (vinte) dias em remessa única, conforme a quantidade empenhada, no seguinte endereço na Avenida Nações Unidas, 2100, Bairro 7º BEC, Rio Branco - AC, CEP 69.918-093, segunda a quinta-feira às 09:15 às 11:30 e 13:00 às 16:00 e sextas-feiras das 08:00h às 11:30h.

5.2. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor (única ou parcelada), podendo ser prorrogado desde haja justificativa plausível por parte da Contratada e o concorde da Contratante.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com, pelo menos, **5 (cinco)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. **Multa:**

7.2.4.1. **Moratória**, para as infrações descritas no item "d", de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias.

7.2.4.2. **Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. **Compensatória**, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de **0,5% (meio por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de **0,5% (meio por cento)** a **30% (por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea "b", de **0,5 % (meio por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. **Compensatória**, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de **0,5% (meio por cento)** a **30 % (por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea "a", de **0,5% (meio por cento)** a **30% (30 trinta por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida admo, administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, e para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. O prazo de validade;

8.12.2. A data da emissão;

8.12.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4 OS período respectivo de execução do contrato;

8.12.5 O valor a pagar;

8.12.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação e contratação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.26. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

8.27. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por estas regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/04/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, nos termos do art. 75, inciso II da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

9.1.1. As especificações técnicas/descriptivos na proposta do Licitante devem corresponder às características do modelo que está sendo ofertado.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será INTEGRAL.

Critério de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1. As exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

9.5. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Habilitação jurídica

9.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira e qualificação técnica

9.23. Conforme previsto no item "4.7." ao item "4.8.1.3." do Estudo Técnico Preliminar.

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total corresponde a **R\$ 347.139,56 (Trezentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e nove reais e cinquenta e seis centavos.)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item "1.1.".

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023).

10.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada,

nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

10.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

Rio Branco - Acre, 17 de abril de 2025.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, equivalente ao contrato contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento Nota de Empenho, pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica o reconhecimento de que:

1.3.1. Referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021.

1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no aviso de contratação no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. Cada solicitação de material representará uma contratação individual, com prazo de vigência pelo período necessário para a entrega da quantidade demandada, recebimento, verificação da conformidade e pagamento. Executado o objeto, o contrato se extinguirá. Quando surgir nova necessidade do material, novo contrato será celebrado, e assim sucessivamente, até que expire o prazo de validade da Ata.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo.

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência.

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, preposto ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e,

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação.

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta.

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no

artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.2.3. Indenizações e multas.

5.3. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.4. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Rio Branco, AC, Seção Judiciária de Rio Branco, AC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puder em ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere ao Pregão Eletrônico nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Rio Branco - Acre, de de 20... .

(Nome e cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBERTO MARQUES MONTEIRO DE ALMEIDA

Equipe de planejamento

ANDERSON DIEL WAGNER

Equipe de planejamento

WANDERSON ARGEMIRO DE SANTANA

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 13:42:30.